

Administrativo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Setembro de 2005. — O Chefe da Repartição, em substituição de funções, *Paulo Jorge Torres Afonso*, MAJ INF.

### Direcção de Recrutamento

**Despacho n.º 19 954/2005 (2.ª série).** — *Subdelegação de competências.* — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo despacho n.º 20 323/2003 (2.ª série), do tenente-general ajudante-general, subdelego no TCOR ART João Carlos Ferreira da Costa, chefe da Repartição de Recrutamento Geral, a competência que em mim foi subdelegada para proceder à assinatura do contrato dos militares RV/RC do CFP 5.º T/VC/05, nos termos do artigo 35.º do RLMS, por remissão do artigo 46.º do RLMS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro.

6 de Setembro de 2005. — Por subdelegação de competências do TGEN AGE, após delegação de competências do GEN CEME, o Director, *Hugo Eugénio dos Reis Borges*, MGEN.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

**Despacho n.º 19 955/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º e no n.º 3 artigo 2.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no n.º 3 do artigo 13.º e no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, conjugado com o disposto na alínea *a*) do artigo 29.º e no n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 102/2001, de 29 de Março, é nomeada para exercer, em comissão de serviço, o cargo de directora do Centro de Formação de Oficiais de Justiça, assumindo, por urgente conveniência de serviço, funções à data do despacho, a licenciada Ana Rita Ferreira Costa Carvalho, técnica superior jurista do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

5 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

#### Curriculum vitae

Nome — Ana Rita Ferreira da Costa Carvalho.  
Naturalidade e data de nascimento — Lisboa, 12 de Março de 1967.  
Bilhete de identidade n.º 7739931.  
Contribuinte n.º 200413163.  
Estado civil: solteira.  
Habilitações literárias e profissionais:

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 1989-1990;
- Pós-graduação em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 1993-1994;
- Advogada com a cédula n.º 10 565 da Ordem dos Advogados.

#### Actividade profissional:

- Técnica superior jurista de 1.ª classe do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa;
- Assessora jurídica do Gabinete do Ministro da Educação;
- Coordenadora do Gabinete de Apoio Jurídico do Instituto Português da Droga e da Toxicodpendência;
- Assessora na Provedoria de Justiça;
- Técnica superior na Direcção-Geral da Concorrência e Preços.

#### Actividade docente:

- Regente da disciplina de Direito do Trabalho no Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA);
- Leccionou, como monitora, a cadeira de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito de Lisboa, sob a regência do Dr. António Nunes de Carvalho;
- Iniciou a actividade profissional como docente na disciplina de Introdução à Actividade Económica no Externato Marquesa de Alorna, de 1989 até 1991.

### Direcção-Geral da Administração da Justiça

**Despacho (extracto) n.º 19 956/2005 (2.ª série).** — No uso da subdelegação de competências conferida pelo subdirector-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 1 de Agosto de 2005) e por meu despacho de 2 de Setembro de 2005:

Rogério da Fonseca Saraiva, técnico de justiça-adjunto (escala 6, índice 500), dos serviços do Ministério Público do Tribunal da Comarca de Alcobaça — autorizado o exercício de funções em regime de substituição, como técnico de justiça principal (escala 1, índice 510), dos mesmos serviços, no período de 11 a 31 de Janeiro de 2005.

5 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

**Despacho (extracto) n.º 19 957/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 12 de Agosto de 2005:

Rute Afonso da Silva, auxiliar administrativa do quadro de pessoal do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, a exercer funções, em regime de requisição, na Direcção-Geral da Administração da Justiça — prorrogada a requisição, por mais um ano, com efeitos a partir de 14 de Junho de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 2005. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

**Aviso n.º 8108/2005 (2.ª série).** — Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr. José Girão Pereira, de 29 de Agosto de 2005, foi autorizada a acumulação de funções públicas, docência, de seis horas semanais, para o ano lectivo de 2005-2006, no Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Tecnologia, do licenciado Nelson Manuel Lopes Pereira da Silva. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Setembro de 2005. — O Vice-Presidente, *José Girão Pereira*.

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

**Despacho n.º 19 958/2005 (2.ª série).** — Atendendo aos trabalhos em curso nesta Comissão, de reestruturação, reorganização e racionalização dos serviços e respectivas competências, funções e procedimentos;

Considerando que, nessa conformidade, se verifica a necessidade de imprimir novas orientações e dinâmica à gestão na área do ordenamento do território, a fim, designadamente, de assegurar maior celeridade, coerência e eficácia no tratamento dos processos de planeamento e licenciamento desenvolvidos naquele âmbito;

Determino, no uso da competência própria conferida pela alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a cessação do exercício de funções, que têm vindo a ser exercidas, em regime de gestão corrente, pela assessora principal do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo Margarida Sarojini Aguiar Osório dos Anjos no cargo de chefe de divisão do Ordenamento do Território da Direcção de Serviços de Gestão Territorial, com efeitos a partir de 7 de Setembro de 2005.

1 de Setembro de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

### Instituto da Água

**Despacho n.º 19 959/2005 (2.ª série).** — Por despacho da presidente do Instituto da Água de 20 de Agosto de 2005:

Engenheiro João Pedro Torre do Valle D'Aviliez, assessor principal do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais — nomeado por urgente conveniência de serviço, em regime

de substituição, até nomeação de novo titular, para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau da Divisão de Planeamento e Programação do quadro do pessoal dirigente do Instituto da Água, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

7 de Setembro de 2005. — Pelo Presidente, por delegação, a Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Isabel Maria Malta*.

**Despacho n.º 19 960/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto da Água de 30 de Agosto de 2005:

Licenciado Joaquim Marques Ferreira, assessor principal do quadro de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza — transferido para o quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais com a categoria de assessor principal, da carreira de técnico superior, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.

7 de Setembro de 2005. — Pelo Presidente, por delegação, a Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Isabel Maria Malta*.

### Instituto do Ambiente

**Despacho n.º 19 961/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 29 de Agosto de 2005:

Maria Adília Peça Soares Lopes, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Promoção Ambiental, consultora jurídica principal, da carreira de consultor jurídico — nomeada, precedendo concurso interno de acesso geral, para a categoria de assessora, da mesma carreira, após confirmação de cabimento por parte da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, para o quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, considerando-se exonerada do lugar anterior à data de aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviços, por delegação do Presidente, *Ana Paula Rodrigues*.

**Despacho n.º 19 962/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 29 de Agosto de 2005:

Maria Natália Alves Cabrita Louro, Florbela Monteiro Carrola Santos Cardoso, Rui Lopes Ferreira e Ana Maria Simões Macedo, dos quadros de pessoal do Instituto de Investigação Agrária e das Pescas, do ex-Instituto de Promoção Ambiental, do Instituto da Conservação da Natureza e da ex-Direcção-Geral do Ambiente, respectivamente, assistentes administrativos principais, da carreira de assistente administrativo — nomeados, precedendo concurso interno de acesso geral, para a categoria de assistente administrativo especialista, da mesma carreira, após confirmação de cabimento por parte da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, para o quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, considerando-se exonerados dos lugares anteriores à data de aceitação dos novos lugares. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviços, por delegação do Presidente, *Ana Paula Rodrigues*.

**Despacho n.º 19 963/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto do Ambiente de 29 de Agosto de 2005:

Virgínia Maria Alves Alvoeiro Pires, Ana Cristina Gil Espanhol Costa e Maria da Graça Roque Antunes Costa, dos quadros de pessoal do ex-Instituto de Promoção Ambiental, da ex-Direcção-Geral do Ambiente e de vinculação do distrito de Lisboa, respectivamente, assistentes administrativos, da carreira de assistente administrativo — nomeadas, precedendo concurso interno de acesso misto, para a categoria de assistente administrativo principal, da mesma carreira, após confirmação de cabimento por parte da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, para o quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, considerando-se exonerados dos lugares anteriores à data de aceitação dos novos lugares. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviços, por delegação do Presidente, *Ana Paula Rodrigues*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

### Secretaria-Geral

**Aviso n.º 8109/2005 (2.ª série).** — *Requisição ou transferência de funcionários.* — 1 — A Inspeção-Geral das Actividades Económicas pretende recrutar, através de requisição ou transferência, funcionários(as) da carreira técnico-profissional e ou de assistente administrativo, com vínculo à função pública, para exercerem funções na sede e na Direcção Regional Sul, ambas em Lisboa.

2 — A selecção dos candidatos será feita com base na análise curricular, completada, se necessário, com entrevista.

3 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante o envio de *currículum vitae* detalhado, acompanhado de requerimento, dirigido ao inspector-geral das Actividades Económicas, Avenida do Duque d'Ávila, 139, 1050-081 Lisboa, no prazo de 10 dias úteis contado a partir da data da publicação do presente aviso.

5 de Setembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Paula de Campos Alves*.

### Inspeção-Geral das Actividades Económicas

**Despacho n.º 19 964/2005 (2.ª série).** — Com a cessação da comissão de serviço do Dr. Pedro Picciochi, nomeado para exercer funções na Agência Portuguesa para a Segurança Alimentar, que vinha exercendo o cargo de director de serviços da Direcção Regional do Sul da IGAE, torna-se necessário proceder à nomeação de novo director de serviços, em regime de substituição, até à nomeação do novo titular do cargo.

Assim, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/2004, de 3 de Março, conjugado com os artigos 7.º, 20.º, 27.º e 35.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio directora de serviços da Direcção Regional do Sul, em regime de substituição, a inspectora superior licenciada Ivone Santos Monteiro de Melo Serrano.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

7 de Dezembro de 2004. — O Inspector-Geral, *Mário Silva*.

**Despacho n.º 19 965/2005 (2.ª série).** — Com a cessação da comissão de serviço do Dr. Manuel Andrade dos Santos, a requerimento do interessado, que vinha exercendo o cargo de director de serviços da Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo Operacional, torna-se necessário proceder à nomeação do novo director de serviço, em regime de substituição, até à nomeação de novo titular do cargo.

Assim, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/2004, de 3 de Março, conjugado com os artigos 7.º, 20.º, 27.º e 35.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio directora de serviços da Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo Operacional, em regime de substituição, a técnica superior de 1.ª classe licenciada Maria Helena do Carmo Sanches, que acumulará as novas funções com as que anteriormente desempenhava de chefe de divisão do Gabinete de Apoio Técnico.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

27 de Dezembro de 2004. — O Inspector-Geral, *Mário Silva*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

**Despacho (extracto) n.º 19 966/2005 (2.ª série).** — Por despachos de 26 de Agosto e de 6 de Setembro de 2005, respectivamente do presidente do Instituto Politécnico de Viseu e do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.:

Maria do Céu da Costa Godinho, professora mestre da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu — autorizada a prorrogação da requisição pelo período de mais um ano, com efeitos